

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 04 de novembro de 2019 às 08h14
Seleção de Notícias

Diário do Amazonas | AM

Pirataria

AMAZONAS E ALVO DE COMBATE A PIRATARIA	3
CIDADE	

O Liberal Online - Americana | SP

03 de novembro de 2019 | Propriedade Intelectual

Países da Ásia e Oceania concluem negociação sobre pacto comercial	4
--	---



Direitos Autorais Coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, a operação '404' cumpriu mandados de busca e apreensão, bloqueio e/ou suspensão de sites ilegais em 12 Estados

Pirataria Em outubro, os sites investigados tiveram 45 milhões de acessos

Divulgação/Ministério da Justiça

Da Redação com Agências
Redacao@diarioam.com.br

Manaus

O Amazonas está entre os 12 Estados que foram alvo de uma operação de combate a pirataria deflagrada, na manhã desta sexta-feira (1º), pela Polícia Civil. São alvos, ainda, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Paraíba, Pernambuco, Santa Catarina e São Paulo.

Coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, a operação '404' cumpriu 30 mandados de busca e apreensão, bloqueio e/ou suspensão de 210 sites e 100 aplicativos de streaming ilegal de conteúdo, desindexação de conteúdo em mecanismos de busca e remoção de perfis e páginas em redes sociais.

De acordo com o ministério, o nome da operação, denominada '404', faz referência ao

código de resposta do protocolo HTTP para indicar que a página buscada não foi encontrada ou não está disponível. As ações para o cumprimento das medidas judiciais estão sendo executadas pelas polícias civis.

De acordo com o Ministério da Justiça, os sites piratas investigados na operação tiveram 45 milhões de acessos somente em outubro de 2019.

ILEGALIDADE

Brasil é o 4º país que mais acessa os sites de streaming piratas

De acordo com os dados divulgados pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), órgão federal que regula a atividade audiovisual no País, incluindo a exibição e difusão, com 45 milhões de acessos por mês, o Brasil ocupa o 4º lugar no mundo no acesso a sites que

A operação conta com a colaboração da Ancine, do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP), das associações proteção à propriedade intelectual no Brasil, da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil (Adidância da Polícia de Imigração e Alfândega em Brasília - US Immigration and Customs Enforcement-ICE) e do

Departamento de Justiça dos Estados Unidos.

"Em quatro meses de investigação, pode-se dizer que a ação é um marco para a pirataria no país, que causa diversos danos à sociedade. Eu desconheço uma outra operação que tenha bloqueado tantos aplicativos e sites em um só dia. Isso é um recado bem claro e que as polícias judiciárias, através da operação integrada

com a Seopi, atuam neste crime e ele não pode ser tolerado", afirmou o coordenador do Laboratório de Operações Cibernéticas da Seopi, Alessandro Barreto.

"O Laboratório de Crimes Cibernéticos (Cyber-Lab/MJSP) continuará em contato com as polícias judiciárias implementando ações decorrentes dessas investigações e estabelecendo padrões de procedimentos", reforçou o secretário-executivo do MJSP, Luiz Pontel.

De acordo com Barreto, a população tem que se conscientizar e não adquirir o serviço. "O consumidor é lesado ao se atrair por vetores como preço, disponibilidade, oferta de serviço. Por isso, é preciso desconfiar que o barato sai caro. O criminoso coloca o conteúdo disponível e também captura dados de usuários desatentos", afirmou.

As polícias também realizaram, a suspensão de domínios na França, Estados Unidos e Canadá.

indústrias de TV por assinatura, além da perda de receita das empresas", afirmou o coordenador de combate a pirataria da agência, Eduardo Luiz.

Penalidade

No Brasil, a pena para quem pratica esse crime de acessar conteúdo em plataformas de filmes e séries piratas é de reclusão, de dois a quatro anos, e multa (Artigo 184, §3º do Código Penal Brasileiro).

Países da Ásia e Oceania concluem negociação sobre pacto comercial

A Tailândia informou que as negociações para um amplo acordo comercial regional apoiado pela China foram concluídas, aproximando os 16 países envolvidos nas negociações da assinatura do pacto. Os países envolvidos estão comprometidos em assinar o acordo no próximo ano, acrescentou.

A Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP, na sigla em inglês) envolve 10 países do Sudeste Asiático e seis outras economias: China, Índia, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia. Juntos, eles representam quase metade da população global e cerca de um terço do produto interno bruto do mundo.

"Isso contribuirá significativamente para um sistema de comércio internacional aberto, inclusivo e baseado em regras e para a expansão das cadeias de valor", declarou a Tailândia neste domingo, durante uma em uma cúpula regional realizada na capital Bangcoc.

Os EUA estão sendo representados por uma delegação de nível relativamente baixo nas reuniões multilaterais na Tailândia, que incluem a Cúpula do Leste Asiático. O conselheiro de segurança nacional Robert C. O'Brien e o secretário de Comércio Wilbur Ross estão presentes.

O progresso no RCEP ocorre quase três anos depois que os EUA saíram das negociações para outro gran-

de acordo, chamado Parceria Transpacífico (TPP, na sigla em inglês). Este acordo excluiu a China e pretendia consolidar a presença econômica dos EUA na região.

O RCEP é menos ambicioso que o TPP, que entrou em vigor em dezembro. O novo pacto inclui disposições sobre comércio de serviços, investimento, resolução de disputas e **propriedade** intelectual, mas os críticos dizem que é fraco em questões de trabalho, direitos humanos e proteção ambiental.

"Para mim, o RCEP é um lembrete de que o mundo não está esperando os Estados Unidos, mas avançando sem nós", disse Jonathan Hillman, membro sênior do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais de Washington. "A política comercial é historicamente uma área de força nos EUA, mas agora é o calcanhar de Aquiles".

As negociações têm sido difíceis em parte devido às preocupações na Índia de que os produtos chineses possam inundar o mercado e as importações de laticínios da Nova Zelândia possam prejudicar os agricultores do país.

Alguns analistas disseram que a incerteza causada pela guerra comercial EUA-China e a desaceleração do crescimento econômico global aumentaram a urgência de um acordo que reduza tarifas e facilite o comércio na região.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual

3, 4

Direitos Autorais

3

Pirataria

3